



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO**



REQUERIMENTO N^o RQ 3724/2018⁰¹⁸
(Do Sr. Deputado DELMASSO – PRB/DF)

LIDO
Em 31/10/18
Secretaria Legislativa

Requer à Mesa Diretora que solicite ao Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF, a realização de Auditoria Operacional na Secretaria de Estado de Saúde sobre a sobrecarga e a falta de estrutura do Programa Saúde da Família.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeiro, nos termos do art. 78, inciso V da Lei Orgânica do Distrito Federal, c/c art. 38 da Lei Complementar nº 01, de 1994 e nos demais termos dos dispositivos do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, solicitar ao Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF, que realize Auditoria Operacional na Secretaria de Estado de Saúde sobre a sobrecarga e a falta de estrutura do Programa Saúde da Família.

JUSTIFICAÇÃO

Venho por meio deste solicitar esta auditoria operacional com o objetivo de avaliar a eficácia da implantação do modelo adotadas para implantar a estratégia de saúde da família.

Programa considerado carro-chefe do governo sofre com sobrecarga e falta de estrutura. Segundo servidores, falhas críticas no Saúde da Família atormentam a população, começando a desistir da rede pública. *ce*

SECRETARIA LEGISLATIVA	
Recebido em	30/10/18 às 15:10
Assinatura	Matrícula

Setor Protocolo Legislativo
RQ Nº 3724 / 2018
Folha Nº 01



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO



Servidores relatam que as distorções do programa prejudicam principalmente os atendimentos de problemas cardíacos, gastrointestinais, hipertensão grave, diabéticos graves e pré-natal.

Os dados consolidados da mortalidade de pacientes estão distantes das mãos dos servidores. Mas relatos extraoficiais de funcionários de hospitais despertam preocupação para o número de abortos, infartos e acidentes vasculares cerebrais.

Em alguns pontos da rede, equipes do Saúde da Família precisam se desdobrar para prestar atendimento para pacientes vítimas de violência.

A Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, com vistas a estabelecer a Política de Atenção Primária à Saúde do DF, publicou a Portaria nº 77, de 14 de fevereiro de 2017, que em seu art. 1º expõe que a Atenção Primária à Saúde no DF passa a ser fundamentada na Estratégia Saúde da Família – ESF. A mudança do modelo de atenção à saúde no DF aconteceu, portanto, em conformidade à Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) e também à Resolução nº 465/2016, do Conselho de Saúde do Distrito Federal. E mais recentemente, a Lei Distrital nº 6.133, de 06 de abril de 2018, estabeleceu a ESF como modelo de APS do Distrito Federal.

O reforço da Atenção Primária é o passo fundamental para retirar a saúde pública do Distrito Federal do caos, pois foca na prevenção de doenças e, assim, desafoga os hospitais. O Saúde da Família é fundamental para rede pública de saúde, mas sem as condições adequadas, o remédio vira veneno.

A saúde é direito de todos e dever do Estado devendo assegurar medidas eficazes para que toda população receba tratamento digno, humano e isonômico.

Art. 204. A saúde é direito de todos e dever do Estado, assegurado mediante políticas sociais, econômicas e ambientais que visem:

I - ao bem-estar físico, mental e social do indivíduo e da coletividade, a redução do risco de doenças e outros agravos;

II - ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde, para sua promoção, prevenção, recuperação e reabilitação:

§ 1º A saúde expressa a organização social e econômica, e tem como condicionante e determinantes, entre outros, o trabalho,

Q

Ser. Protocolo Legislativo
RQ Nº 3724/2018
Folha Nº 02 mff



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO



a renda, a alimentação, o saneamento, o meio ambiente, a habitação, o transporte, o lazer, a liberdade, a educação, o acesso e a utilização agroecológica da terra.

§ 2º As ações e serviços de saúde são de relevância pública e cabe ao Poder Público sua normatização, regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita, preferencialmente, por meio de serviços públicos e, complementarmente, por intermédio de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, nos termos da lei.

Art. 205. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede única e hierarquizada, constituindo o Sistema Único de Saúde - SUS, no âmbito do Distrito Federal, organizado nos termos da lei federal, obedecidas as seguintes diretrizes:

I - atendimento integral ao indivíduo, com prioridade para atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

II - descentralização administrativa da rede de serviços de saúde para as Regiões Administrativas;

III - participação da comunidade;

IV - direito do indivíduo à informação sobre sua saúde e a da coletividade, as formas de tratamento, os riscos a que está exposto e os métodos de controle existentes;

V - gratuidade da assistência à saúde no âmbito do SUS;

VI - integração dos serviços que executam ações preventivas e curativas adequadas às realidades epidemiológicas.

Neste sentido é certo que ao Poder Legislativo compete exercer a função típica de legislar, bem como a função fiscalizatória, sendo que esta última compreende a fiscalização e o controle dos atos públicos, seja por intermédio de requerimentos de informação, convocação de autoridades e investigações parlamentares.

A Lei Orgânica do Distrito Federal, no seu art. 60, incisos XVI e 78, V, dispõe *in verbis*:

Art. 60. Compete, privativamente, à Câmara Legislativa do Distrito Federal:

[...]

XVI – fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração Indireta;

(....)

Art. 78. O controle externo a cargo da Câmara Legislativa, será exercido com auxílio do Tribunal de Contas do Distrito Federal, ao qual compete:

CP

Sector: Protocolo Legislativo
PQ Nº 3724 / 2018
Folha Nº 03 mtd



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO**



V – realizar, por iniciativa própria, da Câmara Legislativa ou de alguma de suas comissões técnicas ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Executivo e Legislativo do Distrito Federal;

O Regimento Interno da CLDF também é claro sobre a competência do parlamentar em fiscalizar os atos do Poder Executivo no seu art. 15, incisos X e XII e art. 39, § 1º, inciso X, *in verbis*:

Art. 15. O exercício do mandato do Deputado Distrital inicia-se com a posse, cabendo-lhe, uma vez empossado:

[...]

X – ter acesso às informações necessárias à fiscalização contábil, financeira, orçamentária operacional e patrimonial do Distrito Federal e das entidades da administração direta e indireta;

XII – solicitar, por intermédio da Mesa Diretora, auditoria e inspeção do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

(....)

Art. 39. À Mesa Diretora incumbe a direção dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos estabelecidos neste Regimento Interno.

[...]

X – requisitar auditorias e inspeções do Tribunal de Contas do Distrito Federal sobre atos sujeitos à sua fiscalização;

Em face do delineado, compreendendo quanto a existência de sobrecarga às equipes e a falta de estrutura para o atendimento para a Assistência Básica do Programa de Saúde da Família, rogo o auxílio dos nobres Parlamentares no sentido de ser aprovada a presente Proposição.

Sala das Comissões, em

Sector Protocolo Legislativo
RQ Nº 3724/2013
Folha Nº 04 mtd


Deputado DELMASSO
Autor

Assunto: Distribuição do Requerimento nº 3.724/18.

Autoria: Deputado (a) Delmasso (PRB)

Ao **SPL** para indexações, em seguida ao Gabinete da Mesa Diretora para as providências de que trata o Art. 40, I do Regimento Interno, observado o prazo disposto no § 2º do mesmo artigo.

Em 31/10/18



MARCELO FREDERICO M. BASTOS

Matrícula 13.821

Assessor Especial

Setor Protocolo Legislativo
RQ Nº 3724 / 2018
Folha Nº 05 mfb